



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Apesar da prosperidade económica da RAEM, a distribuição dos recursos não é justa, pois os residentes ainda não conseguem, efectivamente, partilhar dos frutos económicos conforme os rendimentos do seu trabalho. Sob a liderança da “indústria cabeça do dragão”, registou-se um aumento significativo da economia local. Portanto, com vista a que os trabalhadores partilhem efectivamente dos frutos económicos, o essencial é a referida indústria “devolver” os postos de trabalho aos residentes. Face ao impacto da epidemia, a indústria do jogo sofreu um encolhimento significativo no primeiro semestre deste ano. Enquanto a epidemia continua e até à recuperação desta indústria, é preciso reajustar a distribuição dos recursos humanos, observando a política de dar prioridade aos trabalhadores locais no acesso ao emprego.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Em 2011, na resposta a uma interpelação escrita minha, o Governo sublinhou que: “em média, os trabalhadores locais das 6 concessionárias representavam 80%, e os TNR, 20%”. No entanto, em 2013, a situação piorou notoriamente, pois a percentagem média dos TNR ultrapassou 20%, atingindo 30% na maioria das concessionárias e, em Dezembro de 2019, atingiu 31,8%. O Governo afirmou que a política era controlar o número de TNR nas concessionárias do jogo. Então, deve agir quanto antes, para que esta percentagem global volte a 30% ou 25%, e negociar com as concessionárias para todas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

baixarem a percentagem para estes valores. Vai fazê-lo?

2. Recentemente, na resposta a uma interpelação, o Governo adiantou que, em termos globais, os trabalhadores locais representam mais de 85% dos quadros médios e superiores de gestão (88% em Março deste ano). Assim, o Governo deve promover, quanto antes, que esta percentagem ultrapasse 85% em todas as concessionárias. Vai fazê-lo?

3. Na preparação dos trabalhos relativos ao novo concurso público para a concessão exclusiva de exploração do jogo e à consulta pública sobre a revisão do Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar, o Governo deve ponderar reforçar, em termos de regime, o mecanismo para favorecer os recursos humanos locais, e estudar a definição de um regime jurídico de não importação de mão-de-obra para as funções de croupier e supervisor, bem como a definição de um regime para assegurar que pelo menos 85% dos quadros dirigentes sejam trabalhadores locais. Vai fazê-lo?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Ng Kuok Cheong
15 de Junho de 2020**